

A Dissolução Aparente da Relação-Capital na Tradição Weberiana dos Estudos Organizacionais

Autoria: Elcemir Paço-Cunha

Resumo

O objetivo deste ensaio é traçar determinados delineamentos que expressem a dissolução apenas teórica do relacionamento contraditório entre capital e trabalho, isto é, uma dissolução aparente e que se passa descolada da existência efetiva de tal relacionamento. Optou-se por tratar da tradição weberiana em função de se encontrar nela a origem e principal fundamentação dos estudos organizacionais. A dissolução pensada do relacionamento entre capital e trabalho ou da relação-capital não é de forma alguma exclusividade da linha de inclinação weberiana nos estudos organizacionais. O que torna central o segmento que se inicia com Weber é que desde o início o problema marcante do capitalismo, isto é, a exploração do trabalho produtivo para valorização e acumulação cede lugar para a *contabilidade racional* e para a organização burocrática enquanto um tipo ideal, o que é, por fundamento, a obliteração daquele relacionamento efetivo. O ensaio apresenta, primeiramente, os traços decisivos do relacionamento contraditório entre capital e trabalho a partir do entendimento marxiano. Nesse entendimento, a atividade humana produtiva que está na base de toda e qualquer sociabilidade assume, na produção capitalista, a forma do trabalho produtivo, isto é, trabalho vendido, comprado e aplicado como mercadoria para a valorização de capital. A produção capitalista, embora apareça como uma sociedade produtora de mercadorias apenas o é na medida em que as mercadorias são cristalizações da atividade produtiva humana e esta, portanto, meio de geração de mais-valor. O núcleo fundante, pois, da produção capitalista é a livre exploração do trabalho formalmente livre para a valorização das coisas e acúmulo de riquezas. Nessa direção, capital, trabalho e a relação entre eles não são meros conceitos, mas categorias originadas na própria efetividade. Em seguida, o ensaio explora a forma abstrata da organização burocrática enquanto um tipo ideal a partir de Weber e acompanha a elevação do grau de abstração pelas mãos de Parsons, Barnard, Galbraith, Etzioni, etc. Indica-se no ensaio que essa sociologia das organizações elabora abstrações arbitrárias, as quais são precisamente a dissolução fictícia ou apenas aparente da relação-capital. O ensaio conclui que o grau de abstração que seguiu de Weber a Etzioni – como exemplo e não como uma análise extensiva – é prova da dissolução apenas teórica, pensada, do relacionamento contraditório entre capital e trabalho, à revelia do efetivamente existente. É prova do limite imanente, qual seja, não poder, por meio das suas abstrações, dos seus conceitos, atravessar as mistificações operadas na efetividade, mas, ao contrário, se apresenta como um autêntico produto dessas mesmas mistificações objetivas.

1

Os chamados estudos organizacionais são consideravelmente difusos e englobam uma miríade de abordagens sobre os mais variados objetos. Seu espectro se estende das teorias administrativas ou gerenciais aos chamados estudos críticos, da engenharia social à filosofia, etc. Considerando aqui uma das linhas muito penetrantes nos estudos organizacionais (a sociologia das organizações segundo tradição weberiana), ou melhor, a linha da qual se originaram os estudos organizacionais (Carrieri; Paço-Cunha, 2009), é possível e necessário *traçar determinados delineamentos que expressem a dissolução apenas teórica do relacionamento contraditório entre capital e trabalho*, isto é, *uma dissolução aparente e que se passa descolada da existência efetiva de tal relacionamento*. A dissolução pensada do relacionamento entre capital e trabalho ou da relação-capital não é de forma alguma exclusividade da linha de inclinação weberiana nos estudos organizacionais, uma vez que se pode encontrá-la também na filosofia, nas ciências sociais em geral e nas “psicanalizações” recentes, além de que, como veremos, a obliteração da relação-capital é uma mistificação operada primeiramente na própria efetividade. O que torna central o segmento que se inicia com Weber é que desde o início o problema marcante do capitalismo, isto é, a exploração do trabalho produtivo para valorização e acumulação cede lugar para a *contabilidade racional* e para a organização burocrática enquanto um tipo ideal, o que é, por fundamento, a obliteração daquele relacionamento efetivo¹.

2

Antes de tudo, é preciso determinar os traços decisivos de tal relacionamento. Não todos os elementos caracterizadores da forma autêntica de tal relação, mas tão somente aqueles que fornecem os traços mais decisivos da *differentia specifica* da relação social de produção fundamental sobre a qual se assenta a atual forma socioreprodutiva da humanidade, a maneira dominante do metabolismo social. E é por ser fundamental que não pode ser ignorada ou forçosamente afastada das intelecções que supostamente se debruçam sobre as coisas do efetivamente existente. O seu caráter fundamental repousa sobre o estatuto ineliminável da *atividade humana produtiva* de qualquer cenário objetivo e, portanto, de qualquer intelecção que se relacione a ele. É a atividade produtiva que garante ou busca garantir as condições necessárias à reprodução humana e, portanto, de qualquer forma social já existente e de todas aquelas do por vir, ainda que o mínimo absoluto. Na produção capitalista, esta atividade humana produtiva assume predominantemente a forma do *trabalho produtivo*, isto é, trabalho que valoriza capital (Marx, 1985, p. 105). A produção capitalista, embora apareça como uma sociedade produtora de mercadorias (ou, mais recentemente, como uma sociedade consumidora de mercadorias) apenas o é na medida em que as mercadorias são cristalizações da atividade produtiva humana e esta, portanto, meio de geração de mais-valor, riquezas, na forma cristalizada das mercadorias, dos meios de subsistência, dos meios de produção e também na forma monetária que serve a um novo processo de produção ou, no caso, a um novo processo de valorização. O núcleo fundante, pois, da produção capitalista é a livre exploração do trabalho formalmente livre para a valorização das coisas e acúmulo de riquezas. Trabalho livre que é *trabalho produtivo*, que valoriza capital, não importando se sua realização se procede numa fábrica de salsichas ou numa escola (1985, p. 105-6). Deste ângulo, a variabilidade das formas (empresa, escola, fábrica, teatro) e das esferas (produção diretamente material e fora dela) não altera a relação de fundamento entre capital e trabalho. Por isso, importa a produção do mais-valor sob as formas e no interior das esferas e, assim, por exemplo, tal como na fábrica capitalista moderna, numa escola o professor valoriza capital caso se desgaste para a acumulação de riquezas por outrem, mas nem todas as escolas são redutíveis à produção do mais-valor. Disso resulta que não se deve confundir as aproximações de superfície das formas com o conteúdo determinado sob elas. Isso explicita

que é o relacionamento contraditório entre capital e trabalho a potência movente da sociabilidade sob a forma capitalista e que condiciona (e não determina) muitas outras esferas da vida social (como a política, a teórica, a artística, etc.) e que por elas é condicionada, não deixando de ser, entretanto, o momento preponderante (*übergreifendes Moment*) da reprodutividade dessa sociabilidade determinada, como bem viu Mészáros (2002; 2004).

3

Este relacionamento não é, pois, uma espécie de conceito mais ou menos preciso com cuja ajuda se faz sociologia ou estudo das organizações. No interior das elaborações marxianas, tal relacionamento é categorial porque tem na objetividade existência. Tanto o capital quanto o trabalho com o qual se relaciona são categorias existentes na própria efetividade por meio das quais se pode realizar uma reprodução no pensamento da *lógica operante* dessa mesma efetividade. Antes, porém, de serem reproduções no pensamento, as categorias têm existência objetiva, nascem das relações sociais reais. Não apenas têm nessas relações a sua origem, mas são essas relações mesmas que se expressam por essas categorias. As categorias são, por isso, *abstrações razoáveis* (Paço-Cunha, 2010a). É possível ver a diferença fundamental entre as categorias e os conceitos. Conceitos são elaborações puramente mentais, não têm origem na efetividade e qualquer necessidade de expressão das relações reais, pois nelas não está fundado. Os muitos conceitos de *organização* que o século XX testemunhou, por exemplo (sistema, campo de poder, organismo, máquina, jazz, aparelho psíquico grupal etc.), serve à demonstração da ausência de ligação com as relações reais. Apenas onde falta tal ligação é possível erigir tais conceitos – as metáforas são dominantes onde a explicação decisiva é carente. Nesse sentido, os conceitos não podem ser apreendidos como abstrações razoáveis, mas como *abstrações arbitrárias*. Por isso, capital e trabalho não são conceitos, assim como não o é o relacionamento entre eles. O salário, por exemplo, é uma categoria que expressa não meramente o preço do trabalho se puder revelar o relacionamento que o funda. Do ponto de vista superficial, o salário é o pagamento pelo trabalho despendido, uma troca entre mercadorias. Todavia, sabemos que o salário é gerado pelo tempo de trabalho adicional realizado no confronto entre o trabalho e o capital. O salário não é, pois, o preço do trabalho, mas o valor que se troca pelo tempo de trabalho necessário à reprodução social da própria força de trabalho, isto é, equivale ao tempo de trabalho pago e não ao tempo de trabalho total: salário é produto do mais-valor. O salário é uma categoria porque nasce nessa relação objetiva e é ele próprio uma forma dessa relação. É uma abstração razoável porque expressa tal relação. Ao contrário, a arbitrariedade se manifesta na ausência das relações sociais reais que não deixam de ser o plano decisivo da sociabilidade determinada porque não são pensadas como tais por meio dos mais variados conceitos e, por isso, não revela as mistificações operadas objetivamente. Salário apenas como preço do trabalho é forma mistificada da relação que se passa por detrás e, portanto, não é mais que conceito de salário porque não chega à relação entre capital e trabalho que é sua base. Salário é categoria e, portanto, uma razoabilidade quando captura o objeto sob o objeto, pois o salário é ele mesmo uma forma determinada da relação na qual trabalho valoriza capital. Da mesma forma, o conceito de *organização*, qualquer que seja, “/.../ é uma abstração arbitrária, vazia de conteúdo. Não expressa relações específicas, nem historicamente determinadas. Não apenas não expressa relações reais como elimina de si o processo de produção, de trabalho, a cooperação, a direção, o salário, a divisão e combinação do trabalho, etc., etc., etc., em suma, todos os elementos que sob a forma particular demarcam a relação social de produção especificamente capitalista como relação de valorização do capital.” (Paço-Cunha, 2010a, p. 15). As abstrações razoáveis atravessam as formas mistificadas das relações efetivas, vão além das aparências que a relação-capital sustenta e não se limitam a meros produtos teóricos, conceituais, dessa sociabilidade existente.

4

Sabendo, portanto, que o capital, o trabalho e também a relação entre eles são abstrações razoáveis que permanecem existindo mesmo quando eliminadas pelas formas de pensamento, torna-se possível capturar o elevado grau de abstração necessário a tal eliminação. Para uma análise direta do problema no interior da sociologia das organizações – base dos chamados estudos organizacionais e que tem em Weber seu nascedouro determinante – é correto começar pela questão do tipo ideal. Sabemos que se trata de um recurso metodológico, de uma construção mental por meio da qual se pode angariar certo ordenamento da realidade (Carrieri; Paço-Cunha, 2009). Em outras palavras, o tipo ideal é uma espécie de elaboração conceitual para a realização da sociologia compreensiva weberiana. No que tange a *organização burocrática*, como um tipo ideal, é suficiente trazer os traços mais relevantes aqui. Comparada a outras formas de dominação, a dominação burocrática assenta-se na legalidade que a permeia, isto é, seu funcionamento e sua edificação como tais são cortados pela regimentação legal que é, ao mesmo tempo, a supressão da chamada justiça do cádi (Weber, 1999, p. 213-4). Elementos como *formalização dos procedimentos* e *distribuição hierárquica da autoridade e vertical das atividades* “segundo aspectos puramente objetivos” (p. 213) estão assentados no caráter legal da burocracia. Em outros termos, não é a força nem a violência física, menos ainda o amor ou a admiração que fornecem existência social à burocracia, mas a *crença* na validade de sua estrutura legal. Este caráter legal, conjuntado com outros elementos, representa o modo racional da burocracia, especialmente se comparado aos modos de dominação tradicional e carismático. A burocracia é, pois, o modo mais racional de organização, é expressão máxima do *sine ira ac studio*, cuja superioridade técnica é razão fundamental de sua irradiação social (p. 212), tornando-se a organização dominante e onde mais se desenvolve, mais se “desumaniza” (p. 213) . O Estado, a empresa capitalista, etc. são organizações burocráticas que guardam, entre outras coisas, algo de profundamente comum quando prismadas a partir do tipo ideal. “Sociologicamente falando”, disse Weber (1997, p. 40), “o Estado moderno é uma ‘empresa’ (Betrieb) idêntica a uma fábrica: esta, exatamente, é sua peculiaridade histórica”, e isto se deve ao fato de apresentarem a mesma regimentação legal como fundamento, a mesma forma racional que os tornam uma moderna burocracia e por compartilharem o mesmo fato econômico:

Esse fato econômico de extrema importância: a “separação” entre o trabalhador e o meio material de produção, de destruição, de administração, de pesquisa acadêmica, e de finanças, em geral, é a base comum do Estado moderno, em suas esferas políticas, cultural, militar, e da economia privada capitalista. Em ambos os casos, a autoridade sobre esses meios acha-se nas mãos daquele poder a quem o aparelho burocrático (de juízes, funcionários, oficiais, supervisores, escrivães e sub-oficiais) obedece diretamente ou a quem está sempre disponível, em caso de necessidade. Esse aparelho é hoje em dia igualmente típico de todas essas organizações; sua existência e sua função são inseparavelmente causa e efeito dessa concentração dos meios de produção – de fato, o aparelho é sua própria forma. A crescente “socialização” na esfera econômica, hoje, significa um inevitável aumento na burocratização. (Weber, 1997, p. 40-1).

Este traço importante do tipo ideal revela a irradiação da forma burocrática e, “sociologicamente falando”, o Estado é uma empresa e a empresa é um Estado, dada a identidade fornecida pelo aparelho burocrático, legal e racional, enquanto tipo ideal. A “separação” entre o trabalhador e os meios materiais torna-se parte constitutiva da esfera pública e da esfera privada, da burocracia estatal e da empresa capitalista. Este último traço é marcante no tipo ideal weberiano de maneira a não figurar apenas em um texto. Em *Economia e sociedade*, num momento em que Weber (1999, p. 204), ao seu estilo, enumera “os

pressupostos sociais e econômicos” da “forma moderna do cargo”, forma típica que se desenvolve na organização burocrática, aparece a seguinte afirmação:

5) A estrutura burocrática está acompanhada pela *concentração dos meios de serviços materiais* nas mãos do senhor. Assim ocorre, na forma típica conhecida, no desenvolvimento das grandes empresas capitalistas privadas, que têm nisto sua característica essencial. Mas temos um processo correspondente também nas comunidades públicas. /.../. A guerra atual, como guerra de máquinas, faz isto [a concentração] tecnicamente necessário de modo tão absoluto quanto o domínio da máquina na indústria fomentou a concentração dos meios de atividade econômica. (Weber, 1999, p. 217).

No tipo ideal de organização burocrática, surge como traço marcante, se comparado a outras formas de organizações passadas, a “separação” do *funcionário* mesmo em relação aos meios de realização de seu *serviço*. Como antes, essa separação ou este fato econômico, comum ao Estado e à empresa capitalista, soma-se ao caráter legal e racional. A organização burocrática, então, surge como um modo muito superior de associação ou, como se referia Weber (1999, p. 187; 198) a ela, uma “relação associativa racional”. Não é surpresa alguma que Weber tenha considerado a racionalização como o traço marcante do capitalismo que comporta a organização burocrática. O próprio Weber (1964, p. 237) afirmou que “A premissa mais geral para a existência do capitalismo moderno é a *contabilidade racional do capital como norma para todas as grandes empresas lucrativas que se ocupam da satisfação de necessidades cotidianas*” e não a livre exploração do trabalho formalmente livre para a valorização de capital e acúmulo de riquezas. Em outros termos, importa para Weber a racionalização e não a exploração do trabalho, base dessa acumulação.

5

Não é preciso muito esforço para capturar que está absolutamente ausentado o relacionamento contraditório entre capital e trabalho no tipo ideal weberiano de organização burocrática embora continue a existir na própria efetividade. Enquanto uma elaboração mental, um recurso metodológico posto pela inteligência do sociólogo, o tipo ideal não é mais do que um conceito que se desprende das relações sociais reais, uma *abstração arbitrária* que não expressa as relações contraditórias efetivas (Paço-Cunha, 2010b). A dissolução da relação-capital na sociologia weberiana é um ponto marcante e fundamental para o desenvolvimento subsequente da sociologia das organizações (e também dos estudos organizacionais). Uma vez que o tipo ideal coloca a identidade entre a separação do trabalho em relação às condições de produção que se realiza na empresa capitalista e a que se realiza na esfera da burocracia governamental, perde necessariamente de vista o problema do mais-valor ao qual tal separação serve na produção capitalista. Enquanto sabemos que o mais-valor é resultado dessa separação entre trabalho e propriedade, a mesma separação na esfera da burocracia governamental não é necessariamente a produção de mais-valor. A identidade aqui é, pois, supressão da relação-capital, dissolução do relacionamento contraditório entre capital e trabalho pela lógica interna ao próprio conceito de organização burocrática que se ergue num capitalismo cujo fundamento não é a exploração do trabalho mas a contabilidade racional como premissa. A sociologia das organizações e os estudos organizacionais estão assentados nessa abstração.

6

Algumas poucas considerações de Lukács e Mészáros acerca da sociologia weberiana podem aprofundar a constatação sustentada até este ponto e servem também de clivagem para a captura da dissolução pensada da relação-capital na elaboração intelectual posterior a esta

sociologia. Particularmente Lukács realizou uma investigação sobre a elaboração teórica na Alemanha anteriormente ao *Drittes Reich*. Na sociologia propriamente daquele período, a luta, disse Lukács (1958, p. 183; 1972, p. 487), foi “contra a prioridade do ser social, contra o papel determinante do desenvolvimento das forças produtivas”. Este ponto angular da análise de Lukács põe em absoluta evidência um traço fundamental do problema, porquanto indica a própria natureza da metodologia dos sociólogos alemães – e entre eles, Weber –, qual seja, “chegar a compreender, aparentemente, a essência do capitalismo sem entrar nos seus verdadeiros problemas econômicos (sobretudo, no problema do mais-valor, da exploração)” (p. 186; p. 490). Lukács constatou, com a exatidão que lhe é própria, que nessa sociologia mesma o traço decisivo dessa sociabilidade determinada é deslocado ou desconfigurado, como resultado da esquivia frente às questões verdadeiramente materiais e de fundamento da produção capitalista. Ele reconhece, porém, que “O fato da separação dos trabalhadores e dos seus meios de produção, o aparecimento do trabalho livre, é certamente mencionado e ele cumpre mesmo na sociologia weberiana um papel não negligenciável” (Idem), já que é, como visto, um dos elementos centrais da organização burocrática, independente de se tratar do Estado ou da empresa capitalista. “Mas”, interditou Lukács na continuidade, “a característica decisiva do capitalismo”, para Weber, “reside na racionalidade e calculabilidade” (Idem) e não no papel que desempenha aquela separação na relação entre capital e trabalho, dado que o problema do mais-valor está ausente e, assim, essa relação de apropriação mesma; por isso, é aparente compreensão. Lukács argumentou que o movimento da sociologia alemã traz como resultado “a inversão dos verdadeiros elementos da economia capitalista, fazendo com que os fenômenos vulgarizados da superfície desempenhem o papel prioritário sobre os problemas relacionados com o desenvolvimento das forças produtivas”, produziu “deformações abstratas” que deram às “formas ideológicas, principalmente o direito e a religião, uma função equivalente ao da economia, atribuindo-lhes mesmo uma ação causal superior” (Idem). Para Lukács essas analogias substituem gradativamente a especificação das relações determinativas, o que demarca o traço do irracionalismo. “É assim”, diz ele, “que Weber sublinha a analogia grosseira entre o Estado moderno e uma empresa capitalista” (Idem), analogia marcante que é simples descrição, dada a sua “posição agnóstico-relativista, rechaça o problema da causação primária” (Idem). Esta sociologia se degenera em uma “mística irracionalista” (p. 189; 493), irracionalismo místico, na feitura de “analogias abstratas” (p. 191; 495). Há, por fim, um tipo de bloqueio do “devir social” insistentemente posto pela distorção ou deslocamento daqueles traços fundamentais da produção capitalista e pela rejeição da “luta de classe” como um fato da história (p. 192; 496). No rastro dessas constatações acerca da sociologia weberiana, Mészáros aprofunda alguns pontos, os quais, ao final, afirmam as constatações de Lukács. Por todos os lados, Mészáros busca situar Weber no espectro ideológico (1993; 2002; 2004, 2010). Mas o mais relevante nos seus comentários pode ser sumarizado a partir de *Filosofia, ideologia e ciência social*. O ângulo central é a ausência da categoria “trabalho” no discurso de tipo weberiano (1993, p. 28): 1) a neutralidade axiológica, cujo resultado é a eliminação do “inter-relacionamento estrutural fundamental entre o capital e o trabalho” (p. 29); 2) o caráter ideológico dos tipos ideais, que hipostasia a própria produção capitalista e a burocracia, tornando a primeira uma formação social insuperável e a segunda um “imperativo categórico” (p. 31); 3) a separação entre “tipo ideal e categorias da realidade empírica” que força a “solução de problemas basicamente ontológicos no interior dos limites de critérios puramente epistemológicos” (p. 35)ⁱⁱ. Podemos ver, a partir das indicações dadas pelo próprio Weber e a partir dos comentários de Lukács e Mészáros, que a organização burocrática enquanto tipo ideal guarda mais problemas do que nascer em um registro que pretende pôr o *ser social* como determinado por um *modo de ver* particular, mas também, como *analogia abstrata*, parece contentar-se com identidades lógicas e superficiais que retiram de cena o “trabalho” como categoria angular da própria efetividade

e do pensamento sobre esta efetividade mesma, que se esquivava da produção do mais-valor como traço decisivo da sociabilidade capitalista.

7

O fato de Weber considerar o Estado uma empresa, isto é, que “sociologicamente” não há aqui distinção, só pode significar que, nessa sociologia mesma, desaparece a especificidade da empresa como categoria econômica e que expressa uma relação particular, determinada e irreduzível à figura do Estado, à sua burocracia. Weber não está em busca das diferenças específicas, mas dos pontos de identidade que o conceito de burocracia revela, a identidade entre Estado e empresa, e, nessa busca, suprime a própria relação fundamental e o que ela tem de específica. Por isso não se encontram nas linhas weberianas uma referência sequer ao capital, ao capital como apropriação do trabalho estranho, ao processo de geração de mais-valor, etc. Antes, o contrário. Por isso também, o Estado converte-se em empresa nessa sociologia. Como bem viu Mézáros, nas linhas weberianas o “trabalho” simplesmente deixa de existir. De forma mais resolutiva, não é possível fazer sucumbir o *trabalho produtivo* no interior de um conceito no qual a relação efetiva que tal categoria realmente expressa está simplesmente apagada, isto é, atividade humana convertida na forma do trabalho para valorização do capital surge no interior desse conceito como a existência de um simples *funcionário* da empresa ou do Estado indistintamente, e, neste último caso, nem mesmo mais-valor é diretamente ali gerado. Em suma, o tipo ideal não expressa a relação entre capital e trabalho. Ao revés, enfatiza a racionalização, o cálculo, a contabilidade racional etc., isto é, os elementos de superfície impostos como identidade pela lógica interna do próprio conceito de organização burocrática. Reconhece esses traços superficiais como decorrência do conceito ao invés de capturá-los nas próprias entranhas da relação-capital. Como visto, Weber considerou que essa dissociação não é comum apenas às empresas capitalistas, mas também ao Estado, aos laboratórios de pesquisa, etc. Ele simplesmente ignora o fato de que essa dissociação cumpre finalidades muito distintas e, assim, desaparece o mais-valor como resultado dessa dissociação no interior das relações sociais especificamente capitalistas e essa dissociação mesma como pressuposto e resultado dessas mesmas relações. É o que Lukács constatou, como indicado antes, acerca da esquivas dessa sociologia dos problemas efetivos, como o mais-valor, por meio das *analogias abstratas*. Basta ver que todos os elementos constitutivos da relação social de produção especificamente capitalista simplesmente estão ausentes na *relação associativa racional* em nome de identidades superficiais. Vale indicar que, “sociologicamente” ou weberianamente falando, não há apropriação do trabalho na empresa capitalista, já que também não o há na burocracia estatal, quer dizer, desaparece a relação especificamente capitalista no interior e a partir dessa sociologia simplesmente porque idealmente o Estado é uma empresa e a empresa é um Estado, sem ser exatamente assim na realidade mesma. Nessa sociologia importa apenas a forma que surge na superfície, a identidade lógica do conceito, o valor heurístico do conceitualmente comparável, isto é, neste caso, a separação entre o trabalho e os meios do trabalho, desconsiderando que sentido tem essa dissociação na produção social. Todo o caráter contraditório da relação-capital, materializado no processo de produção, de trabalho e de valorização, na cooperação posta pelo capital, na combinação sistemática do trabalho que traz consigo uma aplicação mais direta da ciência, da regimentação da produção, em suma, a *diferença específica* dessa forma da produção social, esta sociabilidade determinada está simplesmente apagada.

8

Esse problema da dissolução pensada da relação-capital que começa em Weber estende-se por todo o século XX, com agravantes. O grau de abstração torna-se ainda mais elevado, eliminando-se, inclusive, um dos traços importantes da sociologia weberiana e que mantinha

traços da efetividade mesma: a dominação. Podemos acompanhar a elevação do grau da abstração e, por decorrência, da dissolução da contraditoriedade da relação social de produção especificamente capitalista, a relação entre capital e trabalho. Num dos textos mais divulgados de Parsons (porque foi publicado em forma de artigos e livros para diferentes línguas) aparece já no início a busca pelo conceito adequado. Disse Parsons (1960, p. 16) que “/.../ o termo ‘organização’ será usado para se referir a um amplo tipo de coletividade que tem assumido um lugar particularmente importante nas sociedades industriais modernas – o tipo ao qual o termo “burocracia” é mais freqüentemente aplicado”. Tudo indica, então, se tratar de uma continuidade da discussão weberiana sobre a organização burocrática. Na sequência, Parsons confirma essa suposta continuidade ao mostrar que os “Exemplos familiares são a autarquia ou o departamento governamental [*governmental bureau or department*], as empresas [*business firms*] (especialmente a partir de certo tamanho), a universidade e o hospital”. Aquela identidade imanente à lógica do tipo ideal aparece de uma forma ainda mais reforçada dado que “Hoje é quase lugar comum que haja características comuns a todos esses tipos de organização as quais ultrapassam as corriqueiras distinções entre as disciplinas das ciências sociais. Algo é perdido”, completa ele, “se o estudo das firmas for deixado apenas aos economistas, das organizações governamentais, aos cientistas políticos, e das escolas e universidades, aos ‘técnicos em educação’ [*educationists*]”. Como os economistas tratam das empresas, os cientistas políticos das organizações governamentais, etc., será perdida exatamente a identidade entre as diferentes organizações. Logo na sequência vem o seu *the concept of organization*: “Como um ponto analítico formal de referência, a *primazia da orientação para a consecução* [*attainment*] de um objetivo específico é usado como a característica definidora de uma organização que a distingue de outros tipos de sistemas sociais”, portanto, “Uma organização é um sistema que, ao atingir seus objetivos, ‘produz’ algo identificável que pode ser utilizado em de outras formas por outro sistema; isto é, a saída [*output*] de uma organização é uma entrada [*input*] para outro sistema” (p. 17). O caráter racional do tipo ideal weberiano é aqui indicado apenas no que se refere à definição vaga de objetivo, de meta. Não apenas o caráter abstrato do tipo ideal aparece aqui ainda mais radicalizado, como o próprio caráter da dominação que Weber forneceu à organização burocrática desaparece. Em relação a este último ponto, é curioso notar que houve uma alteração deliberada do termo dominação para autoridade. Uma nota de rodapé desprezível inserida em um texto de Weber, cuja tradução foi nomeada como “Os três aspectos da autoridade legítima”, explica que se trata de um:

Artigo traduzido do alemão por Hans Gerth. Copyright em 1953 por Hans Gerth. Reimpresso com permissão do tradutor e editor, *Berkeley Journal of Sociology*. Os “Três Aspectos de Autoridade Legítima” de Weber foram publicados postumamente em “*Preussische Jahrbuecher*” em 1922 (187:1-12). Esta exposição não foi incluída nas primeiras edições de *Wirtschaft und Gesellschaft* (The Theory of Social and Economic Organization). Na edição de 1956 de *Wirtschaft und Gesellschaft* (Tuebingen: J. C. B. Mohr, 1956), que foi substancialmente revista por J. Winckelmann, “Três Aspectos de Autoridade Legítima” aparece como Seção 2 de “Sociology of Authority” (2:551-558). (Weber, 1973, p. 19)

Essa nota revela a caída da *Herrschaftssoziologie* – sociologia da dominaçãoⁱⁱⁱ – em favor de uma sociologia da autoridade, algo mais brando, mais neutro e, por isso, cada vez mais abstrato e sem revelar qualquer traço mais determinado das relações efetivas. Barnard, um dos autores também influenciados (ver Barnard, 1956, p. 71-2) por Weber e por Parsons mas que também é muito comentado e admirado pelo último (Parsons, p. 1960, p. 3, 18, 21, 30, etc.), serve de exemplificação dessa radicalização da abstração na qual se inclui a ausência da dominação, um dos únicos traços do tipo ideal que correspondia às relações mesmas. Em um

rimo semelhante a Parsons, surge a “organização formal como o processo social concreto pelo qual a ação social é largamente realizada” (Barnard, p. 1956, p. 3), mas Barnard enfatiza a organização como um “sistema cooperativo”, isto é, “um complexo de elementos físicos, biológicos, pessoais e sociais, entre os quais existe uma relação sistemática e específica em razão da cooperação de duas ou mais pessoas que visam a um determinado fim” (p. 65). O que o preocupa é que “a organização assim isolada constitui um aspecto de sistemas cooperativos, comum a todas”, isto é, “a cooperação militar, religiosa e acadêmica, manufatureira /.../” (p. 73) etc. De tal maneira, ele considera que o “conceito mais útil” em que o “sistema cooperativo está incorporado a uma organização formal” é a própria “organização como sistema de atividades ou forças, em coordenação consciente, de duas ou mais pessoas” (Idem). Aqui, mais uma vez, põe-se em relevo elementos que ocultam as verdadeiras relações, isto é, de fato a relação capital se realiza por um tipo de cooperação, como visto, mas esta cooperação é posta pelo capital, uma combinação do trabalho que não é o relacionamento mútuo entre trabalhadores livremente associados. Cooperam não uns com os outros, mas com o capital. Não apenas essa relação fundamental é apagada nesse conceito abstrato, como também o próprio traço de dominação do tipo ideal weberiano em nome da realização de objetivos, da coordenação consciente, racional. O alto grau de abstração não revela coisa alguma^{iv}. Outro exemplo, apenas para reforçar este primeiro, ilustra a problemática da arbitrariedade. Galbraith (1983, p. 104), que considera essa abstração arbitrária de Barnard como “A mais famosa definição de organização”, apenas agrava a obliteração da relação capital ao afirmar que “O vocábulo mais importante nessa definição é ‘coordenação’. Significa que os indivíduos participantes são persuadidos a pôr de lado seus propósitos ou objetivos pessoais e seguir os da organização”. E arremata, “Ao fazerem todos, estão eles trabalhando para os objetivos comuns. Estão coordenados”. Apenas pela obliteração da relação entre capital e trabalho pode se supor que os homens trabalham em função de objetivos comuns. A perseguição de objetivos verdadeiramente comuns exigiria persuasão? Ou, estariam esses homens sob uma coordenação que tem como condição o “pôr de lado” dos propósitos e objetivos, uma coordenação externa e superior? Em curtas passagens, Galbraith faz confundir objetivos comuns com “objetivos da organização” – algo abstrato, místico – como se o objetivo de todos os homens fosse valorizar capital, valorização ocultada nos objetivos comuns e nos objetivos da organização. Mas não é surpresa alguma, já que afirmou páginas antes que “O poder decisivo na sociedade industrial moderna não é exercido pelo capital, mas pela organização; não pelo capitalista, mas pelo burocrata da indústria” (p. 9). Aqui pelo menos aparece uma tentativa mais declarada de retirar de cena a principal força da sociedade capitalista e pôr no lugar uma abstração de feições mistificadas. Essa determinação absurda das relações fundamentais em forma puramente abstrata e sem as expressar razoavelmente pode ser ainda aprofundada pelas indicações de Etzioni (1972). Por suas linhas, a marca da organização burocrática weberiana é deliberadamente apagada em nome de um termo mais neutro. Diz ele que “As organizações são unidades sociais (ou agrupamentos humanos) intencionalmente construídas e reconstruídas, a fim de atingir objetivos específicos”, seguindo Parsons declaradamente em nota. Da mesma maneira que Parsons e Barnard, no conceito “Incluem-se as corporações, os exércitos, as escolas, os hospitais, as igrejas e as prisões; excluem-se as tribos, as classes, os grupos étnicos, os grupos de amigos e as famílias”. Na sequência, Etzioni fornece os elementos que ele considera como intrínsecos a todas essas organizações. Diz ele:

As organizações caracterizam-se por: 1) divisões de trabalho, poder e responsabilidades de comunicação, que não são casuais ou estabelecidas pela tradição, mas planejadas intencionalmente a fim de intensificar a realização de objetivos específicos; 2) a presença de um ou mais centros de poder que controlam os esforços combinados da organização e os dirigem para seus objetivos; esses

centros de poder precisam, também, reexaminar continuamente a realização da organização e, quando necessário, reordenar sua estrutura, a fim de aumentar sua eficiência; 3) substituição do pessoal, isto é, as pessoas pouco satisfatórias podem ser demitidas e designadas outras pessoas para as suas tarefas. A organização também pode recombina seu pessoal, através de transferências e promoções. (1972, p. 10).

Nessa descrição restam alguns traços do tipo ideal weberiano, mas aparece de forma ainda mais abstrata e confusa^v. Disso, Etzioni tenta especificar seu conceito de organização pela eliminação de termos que prejudicam, segundo ele, o entendimento adequado. De tal maneira, ele confronta *burocracia*, *organização formal* e *instituição*. Diz que ele que:

Existem muitos sinônimos da palavra *organização*. Um, *burocracia*, tem duas desvantagens. Em primeiro lugar, *burocracia* freqüentemente contém uma conotação negativa para os leigos, enquanto *organização* é uma palavra neutra. Em segundo lugar, *burocracia*, para aqueles que conhecem a obra de Weber, (ver Cap. 5), implica numa unidade organizada de acordo com os princípios que ele especifica. Todavia, muitas organizações, mesmo modernas, não são burocráticas nesse sentido técnico. Os hospitais, por exemplo, não têm um centro de decisões, enquanto, por definição, as burocracias o têm. *Organização formal* refere-se a um conjunto de características de organizações. Discutimos, adiante, esse aspecto; aqui, basta dizer que essa expressão não se refere a uma organização como uma entidade, mas apenas a uma parte dela. *Instituição* é utilizada às vezes para alguns tipos de organizações, umas muito respeitáveis – como no caso de “a General Motors é uma instituição”, – outras pouco respeitáveis, como “ele está numa instituição”. Às vezes, instituição se refere a um fenômeno muito diferente – isto é, a um princípio normativo, como o casamento ou a propriedade, que define culturalmente o comportamento. Dados esses dois empregos conflitivos, essa palavra provavelmente causou mais confusão do que *organização formal* e *burocracia* reunidas. As três podem ser evitadas, dando-se preferência à palavra simples – *organização*. (1972, p. 10-1)

Sem aprofundar aqui no fato de que ele mesmo deu provas de que não entendeu seu mestre, Weber, dado que supõe se tratar aquele objeto epistemológico como um tipo de repercussão empírica que “implica numa unidade organizada de acordo com os princípios que ele [Weber] especifica” – o que é um total desconhecimento do que é o objeto epistemológico e seu significado –, é preciso reter que Etzioni elimina, pelo confronto, o caráter formal e o caráter burocrático do conceito, pretendendo manter apenas *organização* por ser, precisamente, uma palavra simples, neutra e, por isso mesmo, totalmente abstrata e geral, sem qualquer especificação. Por fim, diz ele em seu conceito, “Podemos reservar, sem riscos, a palavra *organizações* para unidades planejadas, intencionalmente estruturadas com o propósito de atingir objetivos específicos” (1972, p. 11), isto é, dos caçadores da era do gelo ao prostíbulo romano, do Estado à traficância, etc. Isso prova a retirada de cena da organização burocrática como um tipo ideal, em favor de um conceito ainda mais abstrato determinado pelo traço racional da coordenação, dos objetivos, das finalidades, em que cai por terra o traço da dominação. Sua *organização*, em sua pura neutralidade pode ser assim uma *fruta*^{vi}. Blau e Scott, por exemplo, chegam mesmo a considerar o tipo ideal weberiano como torto e pediram, simplesmente, sua eliminação, seu abandono. Dizem eles, acerca de seu conceito de organização formal,

Como a característica distinta dessas organizações [fábricas e sindicatos] é a de que elas foram formalmente estabelecidas com o propósito explícito de conseguir certas finalidades, usa-se o termo ‘organizações formais’ para designá-las. E esse estabelecimento formal, com um propósito explícito, é o critério que distingue a nossa matéria do estudo da organização social em geral. (1970, p. 17).

Já que os autores tomam-se a si próprios como que influenciados por Weber, acreditam que as contribuições de Weber foram angulares, mas, dizem eles, “Para explorar a perspicaz análise teórica de Weber é necessário, a nosso ver, deixar de lado seu conceito do tipo ideal – tão enganoso – e fazer a distinção explícita entre o esquema conceptual e a hipótese” (p. 48), isto é, fazer testes empíricos para traçar quais são de fato as características da organização formal. Mas como explorar a perspicaz análise teórica de Weber eliminando exatamente o seu núcleo teórico é um mistério que só se resolve na confusão geral e acrítica pela radicalização da abstratividade conceitual. Mesmo recentemente, este caráter abstrato é repetido muitas vezes. Por exemplo:

Todos conhecem o objeto social, uma vez que é parte integrante de nossa esfera cotidiana, ou de que constitui uma característica dominante. As administrações públicas, as empresas industriais, comerciais e de serviços, assim como os partidos políticos ou as associações de todo tipo de que somos, simultaneamente, empregados, membros, militantes e/ou clientes são todas elas organizações, ou seja – em termos de uma definição simples –, conjuntos humanos formalizados e hierarquizados com vistas a assegurar a cooperação e a coordenação de seus membros no cumprimento de determinados fins. (Friedberg, 1995, p. 375).

Vê-se, pois, a organização burocrática weberiana tornar-se aqui ainda mais abstrata do que pôde dela fazer Weber^{vii}. Some-se a isso o traço da dominação sob a forma burocrática, além de manter obliterada a relação que o tipo ideal ocultava. Do tipo ideal restaram traços desgastados de si como resultado racional, expressos na coordenação racional segundo finalidades, uma formalização adequada ao funcionamento e finalidades, uma *racionalização*. Por isso, não importa se se trata de administração pública, empresas industriais, comerciais ou de serviços, nem se se trata de partidos ou de associações dos mais variados tipos. Do ponto de vista do conceito, agora como antes, não importa se as relações são de geração de valor de uso ou de prestação de serviço ao Estado, se são de geração de valor de troca e, portanto, de exploração do trabalho estranho ou de promoção dos interesses de classe como sindicatos, etc. Sob tal conceito, portanto, desaparecem as determinidades formais da empresa capitalista, do partido, do Estado, etc., incluindo o nexos real entre as distintas esferas. A organização formal ou sistema cooperativo ou apenas organização, proveniente do tipo ideal weberiano *organização burocrática*, expressa, portanto, a formalização que ocorre em distintas esferas e não as particularidades dessas esferas mesmas e, de tal maneira, não é uma abstração razoável das relações reais, não fornece a diferença específica, por exemplo, da empresa capitalista em contraste com o Estado *vis-a-vis*, nem exprime a relação entre a produção e a esfera política. Trata-se da legalidade inerente à racionalidade da organização burocrática enquanto conceito e não das relações sociais realmente fundantes. Por eliminar a diferença específica das distintas e divergentes circunstâncias sociais, aqui aparece mais uma vez o *caráter arbitrário dessa abstração*, que parte de sua universalidade para encontrar a si mesma, apenas como conceito, nunca como relação. O próprio Weber afirmava se tratar de um recurso metodológico para ajudar o pesquisador a organizar a efetividade que é caótica em si mesma e que tal tipo ideal não tinha a pretensão de corresponder plenamente à efetividade mas que guardava a possibilidade objetiva de assim o fazer, pela comparação, pelo valor heurístico do conceito. É um recurso metodológico que muitos consideram um objeto da efetividade mesma. Esta espécie de kantismo prova que desde o início já não havia por parte de Weber a finalidade de expressar relações reais por meio do tipo ideal, nem que ele tenha sido engendrado a partir da efetividade mesma, mas de uma elaboração subjetiva na tentativa de ordenar a amorfa realidade, conceito de valor heurístico para comparação com a realidade. A organização burocrática como abstração arbitrária é um conceito sociológico de um registro epistemológico que apaga as diferenças específicas da relação capital. No conceito, a relação

entre capital e trabalho é ocultada. Isso é ainda mais verdade para as decorrências em Parsons, Barnard, Etzioni, etc., dado que neles a organização burocrática aparece ainda mais abstrata, sem os traços da dominação, aparece apenas como sistema, organização^{viii}. Por isso é possível constatar que os estudos organizacionais e também essa sociologia das organizações giram em torno de abstrações cada vez mais elevadas e, quanto mais elevadas, mais distantes da relação contraditória entre capital e trabalho. Qual outro motivo teria permitido tantas metáforas, tantas imagens, tanto desprendimento das relações sociais efetivas senão o caráter necessariamente abstrato que aqui se revela?

9

Se, por um lado, é o caráter abstrato do conceito que aqui se apresenta, por outro, tais elaborações não estão descoladas absolutamente das relações sociais efetivas. Tais relações não são apenas pressupostos objetivos da existência dessas intelecções da sociologia das organizações, mas potências condicionadoras que também são condicionadas por essas intelecções. Existe uma *reciprocidade* entre os elementos infra e superestruturais que não retira do primeiro seu caráter de momento preponderante (Paço-Cunha, 2010c). Ao passo que a determinação dos condicionamentos das elaborações teóricas sobre as relações materiais transcenderia muitíssimo nossa presente pretensão, é possível trazer à baila uma explicação para a dissolução pensada e aparente da relação-capital como efeito de mistificações reais, isto é, *a obliteração do relacionamento contraditório entre capital e trabalho é operada primeiro na própria efetividade em um grau potencialmente permissivo para as elaborações abstratas* que aqui figuraram, as quais retiram de cena o ineliminável da própria produção do capital, isto é, *a atividade humana sob a forma do trabalho produtivo, trabalho que valoriza capital*. Não é justificção para a dissolução pensada da relação-capital, mas uma explicação que apreende a impossibilidade de uma autossustentação das próprias formas de consciência, como a sociologia das organizações aqui em pauta. Poder-se-ia apenas indicar tal forma de consciência como ideologicamente motivada, como explicações distorcidas da realidade. A questão, porém, não se apresenta como um problema do conhecimento e sim como um traço do efetivamente existente e que, de uma forma particular, se expressa por meio das formas de consciência científica. É certo que ao deslocar traços importantes da vida material mistifica-se essa mesma vida, explicando-a por meio de elementos abstratos que não a *explicam razoavelmente*. Retirar, pois, o relacionamento contraditório entre capital e trabalho é sustentar uma explicação superficial, uma abstração arbitrária que não capta o objeto sob o objeto, que não parte do *ser das coisas*, mas das suas *formas aparentes*. É mais bem sucedida tal abstração particular se tal relacionamento estiver, por muitos motivos, dissolvido *aparentemente e temporariamente* na própria efetividade – caso contrário seria puro subjetivismo de incoerência radical. A luta de classes produziu melhores condições de trabalho, redução da jornada de trabalho, direitos trabalhistas, direitos políticos, etc., o que ajudou sobremaneira no constrangimento dessa mesma luta durante todo o último século e início do presente. É difícil saber qual a potência específica da própria sociologia das organizações sobre esse constrangimento. Seja como for, o próprio desenvolvimento da sociedade capitalista traz condicionantes que tornam a relação-capital *aparentemente* diluída, isto é, sua fictícia dissolução. O próprio Marx chegou a esboçar algo em relação a este problema candente. Disse ele que:

Não basta que as condições de trabalho apareçam num pólo como capital e no outro pólo, pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-nas a se venderem voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. A organização do processo capitalista de produção plenamente

constituído quebra toda a resistência, a constante produção de uma superpopulação mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em trilhos adequados às necessidades de valorização do capital, e a dura coação das condições econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. Violência extra-econômica direta é ainda, é verdade, empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, o trabalhador pode ser confiado às ‘leis naturais da produção’, isto é, à sua dependência do capital que se origina das próprias condições de produção, e por elas é garantida e perpetuada. (Marx, 1985, p. 277).

Depois de estabelecida, a produção capitalista e a relação-capital que é seu fundamento convertem-se em normalidade, normalidade na qual outras gerações de trabalhadores nascem e são criados. São produzidas as individualidades adequadas à reprodução dessa sociabilidade. As condições da produção se convertem em autoevidências diariamente reforçadas pela necessidade de venda da força de trabalho para a simples sobrevivência, mas também para “pagar as contas” e “viver a vida”. O desenvolvimento da produção capitalista, portanto, não depende apenas da existência de capital e trabalho, mas também da constituição de uma classe trabalhadora que passa a reconhecer a produção capitalista como algo pronto, que dispensa explicação, algo autossustentado. De tal maneira, para que isso ocorra é preciso que o próprio relacionamento contraditório entre capital e trabalho apareça como não contraditório e, depois, que o próprio relacionamento deixe de se apresentar como o fundamento da produção do mais-valor; mais adiante ainda, nem mesmo o mais-valor se coloca como existente e a própria luta de classes tende (mas não em definitivo) a se tornar a satisfação dos interesses individuais, convertendo a vida humana necessariamente em meio de produção da riqueza. O microcosmo da produção capitalista torna-se, na aparência, mero emprego, o salário, pagamento pelo trabalho, a divisão do trabalho, algo insuperável, etc. A reprodução da sociedade capitalista se realiza precisamente por meio dessas formas mistificadas. Essa mistificação perde força quando a abstração permite a apreensão do objeto sob o objeto ou sempre que uma crise se avizinha e, portanto, continua a existir a relação-capital ainda que aparentemente não se apresente enquanto tal. E é essa mistificação objetiva que está na base da mistificação pensada ou, o que é o mesmo, a sociologia das organizações aqui em pauta é expressão dessa mistificação objetiva, seu produto; expressa teoricamente uma mistificação operada na própria efetividade, mas não como mistificação. E, como não ajuda a explicar a contradição fundamental – na maior parte das vezes, ao contrário, oblitera a relação-capital, a produção do mais-valor e a exploração do trabalho para este fim –, é também potência mistificadora da efetividade, uma vez que condiciona reciprocamente as próprias relações materiais que são seu pressuposto. As abstrações em torno do tipo ideal, da organização formal ou apenas organização (mas também, nos estudos organizacionais em torno da organização como campo de poder, como cultura, como aparelho psíquico, jazz etc.) são precisamente a obliteração do relacionamento entre capital e trabalho que se desenrola primeiro na efetividade e, depois, no interior das formas de consciência científicas que são o seu produto.

10

Com efeito, a dissolução pensada da relação-capital que é operada na sociologia das organizações segundo a tradição weberiana (aqui apenas esboçada) é tão fictícia quanto aquela que é aparentemente operada na própria efetividade. Uma vez que a história dos estudos organizacionais se confunde com o desenvolvimento dessa linha de inteligência (Carrieri; Paço-Cunha, 2009), a história de ambos é profundamente condicionada pela dissolução aparente da relação-capital sem expressar, todavia, a ficção dessa dissolução. Expressa tão somente, por meio das mais variadas formas de abstrações arbitrárias, a superfície das relações efetivas em que o relacionamento entre capital e trabalho não se

mostra como tal e, assim, não apreende o objeto sob o objeto, não mostra a diferença específica da produção capitalista. O grau de abstração que seguiu de Weber a Etzioni – como exemplo e não como uma análise extensiva – é prova da dissolução apenas teórica, pensada, do relacionamento contraditório entre capital e trabalho, à revelia do efetivamente existente. É prova do limite imanente, qual seja, não poder, por meio das suas abstrações, dos seus conceitos, atravessar as mistificações operadas na efetividade, mas, ao contrário, se apresenta como um autêntico produto dessas mesmas mistificações objetivas.

Referências

- Barnard, C. *The functions of the executive*. Cambridge: University Press, 1956.
- Blau, P.M.; Scott, W.R. *Organizações formais*. São Paulo: Atlas, 1970.
- Carrieri, A. de P; Paço-Cunha, E. Notas provisórias sobre o desenvolvimento e a superação dos estudos organizacionais. In: Encontro Nacional da ANPAD, 33, 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPAD, 2009.
- Etzioni, A. *Organizações modernas*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- Friedberg, E. Organização. In: Boudon, R. *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- Galbraith, J.K. *O novo Estado industrial*. São Paulo: Pioneira, 1983.
- Lukács, G. *El asalto a la razon*. 3ª ed. Barcelona: Grijalbo, 1972.
- _____. *La destruction de la raison*. v. 2, Paris: L'arche Editeur, 1958.
- Marx, K. *O Capital*. vol. 1, 2, 3, 4 e 5, São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- Mészáros, I. *Filosofia, ideologia e ciências sociais*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- _____. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. *Social structure and forms of consciousness: the social determination of method*. v. 1, New York: Monthly Review Press, 2010.
- Paço-Cunha, E. Marx e a organização como abstração arbitrária. In: VI Encontro de Estudos Organizacionais, 2010, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: ANPAD, 2010a.
- _____. *Gênese, razoabilidade e formas mistificadas da relação social de produção em Marx: a organização burocrática como abstração arbitrária*. Tese de doutorado. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. Belo Horizonte, 2010b.
- _____. Trabalho, estética e valorização do capital. In: *Gênese, razoabilidade e mistificação da relação social de produção em Marx: a organização burocrática como abstração arbitrária*. Tese de Doutorado. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. Belo Horizonte, 2010c.
- Parsons, T. *Structure and process in modern societies*. New York: Free Press, 1960.
- Silverman, D. *The theory of organizations: a sociological framework*. New York: Basic Books Publishers, 1971.
- Weber, M. *Economia e Sociedade*. v. 2, Brasília: UnB, 1999.
- Weber, M. *Economia y Sociedad*. v. II. México: Fondo de Cultura Económica, 1969.
- Weber, M. *Historia económica general*. Fondo de cultura económica, 1964.
- Weber, M. *Os três aspectos da autoridade legítima*. In: Etzioni, A. (Org). *Organizações complexas: estudo das organizações em face dos problemas sociais*. São Paulo: Atlas, 1973.

ⁱ Isso significa que este trabalho não é uma crítica dedicada à sociologia weberiana, mas apontamento da problemática da dissolução pensada da relação-capital a partir de alguns poucos elementos centrais.

ⁱⁱ Ibid., p. 35. Todas essas questões encontram-se já em *A destruição da razão* de Lukács como visto acima. Mészáros reafirma esses pontos também em *Para além do capital* no qual comenta que “o objetivo de Weber é a descrição tendenciosa das relações capitalistas como horizonte insuperável da própria vida social” (Para além do capital, op. cit., p. 409).

ⁱⁱⁱ Veja Weber, M. *Economia y Sociedad*. v. II. México: Fondo de Cultura Económica, 1969, p. 695 e seguintes; e também Weber, M. *Economia e Sociedade*. v. 2, Brasília: UnB, 1999, p. 187 e seguintes.

^{iv} Não é lugar para entrar na discussão pertencente a outra investigação sobre a falta de coerência dessas elaborações conceituais. Por exemplo, um presídio fomentado pelo governo é um sistema cooperativo? Deixa de ser organização por ser centrado na coerção física do corpo? É exatamente a abstração que provoca essas desconexões todas.

^v Do mesmo modo que Barnard antes, aqui aparecem as confusões intrínsecas dessas abstrações radicais. Ora, como a igreja pode *demitir* seu fiel?

^{vi} Isso não é muito distante do que se segue: “Quando, partindo das maçãs, das pêras, dos morangos, das amêndoas reais eu formo para mim mesmo a representação geral da ‘fruta’, quando, seguindo adiante, *imagino* comigo mesmo que a minha representação abstrata ‘a fruta’, obtida das frutas reais, é algo existente fora de mim e inclusive o *verdadeiro* ser da pêra, da maçã etc., acabo esclarecendo – em termos *especulativos* – ‘a fruta’ como a ‘substância’ da pêra, da maçã, da amêndoa, etc. Digo, portanto, que o essencial da pêra não é o ser da pêra, nem o essencial da maçã é o ser da maçã. Que o essencial dessas coisas não é sua existência real, passível de ser apreciada através dos sentidos, mas sim o ser abstraído por mim delas e a elas atribuído, o ser da minha representação, ou seja, ‘a fruta’. É certo que meu entendimento finito, baseado nos sentidos, *distingue* uma maçã de uma pêra e uma pêra de uma amêndoa, contudo minha razão especulativa considera esta diferença sensível algo não essencial e indiferente. Ela vê na maçã *o mesmo* que na pêra e na pêra o mesmo que na amêndoa, ou seja ‘a fruta’. As frutas reais e específicas passam a valer apenas como frutas *aparentes*, cujo ser real é ‘a substância’, ‘a fruta’.” (Marx, K. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 72, ao traçar o *mistério da construção especulativa*). Nem mesmo o tipo ideal está demasiadamente distante, dado que o Estado é uma empresa, assim como o morango é uma pêra.

^{vii} Mesmo quando Blau e Scott e também Etzioni buscam mostrar as diferenças entre os tipos de organizações com base em diferentes critérios – os primeiros as classificam pelo principal beneficiário, e o segundo, pelas formas de controle – a relação capital não é revelada, mas apenas algumas diferenças superficiais.

^{viii} Não é lugar para estender esta análise, dada a limitação de espaço. Mas vale indicar que muitos se levantaram contra todo esse desenrolar após Weber, mas não para apontar este problema da abstração que somente se torna apreensível quando se parte por de dentro de Marx mesmo e não das citações famosas. Uma das vozes decisivamente mais influentes foi a de David Silverman (*The theory of organizations: a sociological framework*. New York: Basic Books Publishers, 1971) que, influenciado pela discussão dos paradigmas e pela sociologia do conhecimento, combateu essa corrente aqui sucintamente aludida pela indicação de sua inclinação ao funcional-estruturalismo. Ao apontar este caráter em Parsons, Etzioni, etc., traçou a organização como uma construção social, um universo simbólico em si mesmo. Mas ao invés de corrigir o erro da corrente que criticava, tornou o conceito ainda mais abstrato, como uma elaboração interpretativa. Esse problema da abstração se estende até o institucionalismo e engloba muitas outras discussões. A dissolução da relação entre capital e trabalho ganhou outro impulso, dadas as questões foucaultianas das relações de poder e o caráter indefinível do chamado *Critical Management Studies*.